



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 884, DE 2007

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da denúncia à lide da Caixa Econômica Federal e da União, nas ações, medidas cautelares e mandados de segurança relacionadas à instalação, abertura e funcionamento de bingos e estabelecimentos em que estejam disponíveis jogos ou entretenimentos eletrônicos com a utilização de equipamentos que concedam ou liberem premiações ou pagamentos.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE:

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 70 da Lei no. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso:

“Art. 70.A denúncia da lide é obrigatória:

I – (...)

(...)

III – (...);

IV – à Caixa Econômica Federal e à União, quando se tratar de ações, medidas cautelares e mandados de segurança relacionados à instalação, abertura e funcionamento e à fiscalização de diversões públicas ou de atividades relacionadas a jogos ou entretenimentos eletrônicos que sejam realizados em recinto fechado e com a utilização de equipamentos que concedam ou liberem premiações ou pagamentos, de qualquer natureza ou por qualquer meio, a quem deles faça uso.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Compete a União, privativamente, legislar sobre direito processual e ela o tem feito, recentemente, à luz da exigência de acelerar a prestação jurisdicional, como se tem notícia da denominada Reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, mediante a legislação sobre as propostas consideradas prioritárias no “Pacto em favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano”. Foram exemplos as leis sobre interposição de agravos, unificação da fase de conhecimento e execução, súmula vinculante dos tribunais superiores, uso de jurisprudência disponível na Internet para fundamentar recursos ao STJ, a extinção do uso de papel e uso exclusivo do meio eletrônico no processamento de ações, a realização de separação, divórcio e partilha de bens pela via administrativa, quando sejam consensuais.

Estamos agora propondo medida simples, apta a coibir desmandos no Poder Judiciário, como recentemente vimos noticiados sob o rótulo “Operação Hurricane” e “Operações Têmis” conduzidas pela Polícia Federal, no tocante à indústria de liminares para impedir o fechamento de locais destinados a jogos de azar, como os bingos, ou para lograr a reabertura destes após medidas administrativas coercitivas impedindo o funcionamento destes locais destinados à prática de ilícitos e de jogos de azar.

É sabido que, na ausência de uma regulamentação emanada da União, que regule a abertura e o funcionamento de bingos, prolifera uma indústria de liminares concedidas pelo Poder Judiciário nos Estados, para obter a suspensão de atos administrativos que obstem o funcionamento, a abertura ou a reabertura desses locais de jogo.

Existe evidente interesse da Caixa Econômica Federal e da União na discussão da abertura, funcionamento e interdição de estabelecimentos em que sejam realizados jogos ou ocorra uso de equipamentos que concedam ou liberem premiação ou pagamento, do tipo dos bingos e máquinas caça-níqueis, uma vez que a atual legislação defere à Caixa Econômica Federal, exclusivamente, a exploração de bingos e semelhantes práticas, em estabelecimentos de entretenimento eletrônico, na forma de regulamentação que ainda será expedida (artigo 59, da Lei no. 9.615 de 24 de março de 1988).

A União, igualmente, possui interesse ativo processual em demandas ajuizadas que tenham aquele escopo, por ser a fonte legislativa competente para regular essas atividades, como já reconhecido por decisão do Supremo Tribunal Federal em ADI 2690 / RN - RIO GRANDE DO NORTE -AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. GILMAR MENDES - Julgamento: 07/06/2006: “*EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Criação de serviço de loteria por lei estadual (Lei no 8.118/2002, do Estado do Rio Grande do Norte). 3. Vício de iniciativa. 4. Competência privativa da União 5. Expressão "sistemas de consórcios e sorteios" (CF, art. 22, XX) inclui serviço de loteria. 6. Proibição dirigida ao Estado-membro prevista no Decreto-Lei no 204/67. 7. Precedente: ADI 2.847/DF, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 26.11.2004, Tribunal Pleno. 8. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.*”

A proposição ora submetida ao exame deste Congresso Nacional tem, ainda, o condão, uma vez convertida em norma legal, de obviar a situação descrita pelo Chefe da Procuradoria-Geral da União, Dr. Luiz Henrique Martins dos Anjos (Gazeta Mercantil, Legislação, “AGU abre processo para investigar procuradores”, 25 de abril de 2007, pg. A-15): “*No caso de liminares que permitem a abertura dessas casas de jogo, com base em leis estaduais, a AGU enfrenta a dificuldade de não ser intimada, já que os processos de interesse da União correm somente na Justiça Federal. É preciso que as pessoas alertem a AGU sobre o aparecimento dessas casas de jogo.*”

Por meio da denúncia à lide da Caixa Econômica Federal e da União, como se faz pela proposição aqui formulada, essa pretendida atribuição a terceiros e particulares para alertarem a AGU sobre a instalação e funcionamento de bingos e casas de jogo ou sobre a interposição de medidas judiciais para aqueles efeitos perde a razão de ser, pela simples via de estabelecer que a denúncia da lide àquelas entidades se faz obrigatória no processo

pertinente. Uma via processual simples, sintética e que, acreditamos, será eficaz para possibilitar a devida e oportuna intervenção processual, exame e acompanhamento de processos judiciais onde o interesse da União em fazer prevalecer a lei e sua competência legislante subsista, não deixando ao sentimento subjetivo dos cidadãos acionar a autoridade. Passa a ser incumbência da parte processual interessado ou do órgão judiciário velar para denuncia à lide e fazer integrar a lide aquelas entidades, sob pena de nulidade dos atos processuais praticados sem observância dessa condição.

Sala de Sessões, em 25 de abril de 2007

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

**LIVRO I
DO PROCESSO DE CONHECIMENTO**

.....

**TÍTULO II
DAS PARTES E DOS PROCURADORES**

.....

**CAPÍTULO VI
DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS**

.....

**Seção III
Da Denúncia da Lide**

Art. 70. A denúncia da lide é obrigatória:

I - ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

II - ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;

III - àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Art. 71. A citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu.

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Supremo Tribunal Federal

Diário da Justiça de 20/10/2006

07/06/2006 TRIBUNAL PLENO
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.690-9 RIO GRANDE DO
NORTE

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
REQUERENTE	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADVOGADOS	: PGE-RN NIVALDO BRUM VILAR SALDANHA E OUTRO
REQUERIDA	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTERESSADO(A/S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO(A/S)	: CHRISTINA AIRES CORRÊA LIMA
INTERESSADO(A/S)	: ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO(A/S)	: PGE-PE SÍLVIO PESSOA DE CARVALHO
INTERESSADO(A/S)	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOTERIAS ESTADUAIS - ABLE
ADVOGADO(A/S)	: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
INTERESSADO(A/S)	: ESTADO DE GOIÁS
ADVOGADO(A/S)	: PGE-GO -RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA
INTERESSADO(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO(A/S)	: PGDF-MARIA DOLORES S. DE MELLO MARTINS E OUTRO

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Criação de serviço de loteria por lei estadual (Lei nº 8.118/2002, do Estado do Rio Grande do Norte). 3. Vício de iniciativa. 4. Competência privativa da União. 5. Expressão "sistemas de consórcios e sorteios" (CF, art. 22, XX) inclui serviço de loteria. 6. Proibição dirigida ao Estado-membro prevista no Decreto-Lei nº 204/67. 7. Precedente: ADI 2.847/DF, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 26.11.2004, Tribunal Pleno. 8. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade votos, julgar procedente a ação direta, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 07 de junho de 2006.

FIM DO DOCUMENTO